

Sarney recebe o projeto da Comissão

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney recebeu ontem o anteprojeto de Constituição elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, reunindo 432 artigos que, com os 36 das disposições transitórias, totalizam 468. Mas, o presidente não tomará a iniciativa de encaminhar o documento à Assembleia Nacional Constituinte. Isso representaria uma interferência nos trabalhos da Constituinte, que será livre e soberana. Disse o porta-voz do Palácio do Planalto, Fernando César Mesquita. Se a Constituinte pedir, aí sim, Sarney encaminhará formalmente o anteprojeto.

Fernando César Mesquita disse que a única iniciativa que o presidente Sarney tomará será encaminhar o anteprojeto para a publicação, em encarte, no Diário Oficial da União, como já foi feito com diversos anteprojetos. Não negou, contudo, como está claro no decreto presidencial de 18 de julho do ano passado, que a comissão foi criada para oferecer subsídios à Constituinte.

O resultado do trabalho de pouco mais de um ano da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, disse o presidente Sarney, "é um acervo de contribuições para a reflexão dos futuros integrantes da Assembleia Nacional Constituinte". O aproveitamento dessas contribuições, contudo, caberá à

Constituinte, em sua indelegável soberania, frisou o presidente, no discurso que fez ao receber o anteprojeto.

Afonso Arinos, presidente da Comissão, antecipou-se afirmando que os seus integrantes não reivindicam nenhum tratamento, nenhum destino para o trabalho. "Apenas defenderemos, em qualquer período, quando nos parecer conveniente, a pureza de nossas intenções e a dedicação do nosso labor", disse.

O presidente não garantiu o encaminhamento do anteprojeto, mas prometeu, acrescentando um improviso ao seu discurso escrito, "que todos nós nos entregaremos à determinação de que as mudanças começaram e virão muito

em breve". Isso depois de ouvir Afonso Arinos dizer que "a responsabilidade maior do atual governo é a de que ele, ou iniciará grandes mudanças ou terá perdido sua oportunidade histórica".

A solenidade de entrega do anteprojeto foi realizada na sala de audiências do presidente Sarney, que ficou pequena para os convidados (entre eles os ministros da Cultura, Celso Furtado; do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Demétrio Schwartz; da Previdência, Rafael de Almeida Magalhães; e da Justiça, Paulo Brossard, fora os da casa), as mulheres dos notáveis, a imprensa e 40 representantes da Comissão. Nem todos os notáveis estiveram presentes. Faltaram o candidato do PTB

ao governo de São Paulo, Antônio Ermírio de Moraes, o escritor Jorge Amado, o sociólogo Gilberto Freyre e o consultor-geral da República, Saulo Ramos.

Após os discursos, o presidente Sarney concedeu o jurista Afonso Arinos com a grã-cruz da Ordem Nacional do Mérito e, juntos, receberam os cumprimentos.

Oficialmente, a comissão encerrou os seus trabalhos ao meio-dia, no auditório Tancredo Neves, do Ministério da Justiça, onde o ministro Paulo Brossard aproveitou para rebater as críticas ao grupo durante a elaboração do anteprojeto. "Até mesmo o adjetivo notáveis foi usado em sentido pejorativo",

afirmou o ministro, acrescentando: "Eles são notáveis, sim, porque prestaram um grande serviço ao País. Pelo patriotismo, civismo e espírito público".

Mesmo sabendo que o anteprojeto redime assuntos polêmicos, Brossard disse que assina embaixo "sem restrições". Na sua opinião, as divergências são comuns e o que a comissão buscou foi apresentar um trabalho analítico que deve ser aplicado segundo a sua finalidade. O pronunciamento do ministro da Justiça, para uma plateia silenciosa, concentrou-se na defesa do anteprojeto, que, disse ele, tem tudo para ser "mais feliz" do que a Constituição de 1946.

"Aí está a contribuição esperada"

Esta é a íntegra do discurso do presidente José Sarney, pronunciado no Palácio do Planalto, perante a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais:

O Brasil cumpre hoje mais uma etapa de seu processo de restauração democrática. O relatório da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais é muito mais do que uma proposta. É um acervo de contribuições para a reflexão dos futuros integrantes da Assembleia Nacional Constituinte. Este documentário contém inovações e encerra, além da contribuição pessoal do presidente Afonso Arinos de Melo Franco, nos seus ricos e fecundos 50 anos de vasta experiência e larga erudição, sugestões dos mais diversos setores da sociedade brasileira.

"A obra do futuro deve ser o resultado do aprimoramento do presente"

A Nação deve um preito de reconhecimento a todos os ilustres membros da comissão que, com dedicação e conhecimento, permitiram que chegássemos a este quadragésimo aniversário da Constituição de 46, reiniciando o incessante caminho da busca de um novo modelo institucional para o País.

Entre a última comissão constitucional presidida por Afrânio de Melo Franco, essa exemplar figura de devotamento ao Brasil, e a que hoje encerra seus trabalhos, presidida por seu filho, vivemos mais de meio século de crises políticas, econômicas, institucionais e sociais. Vivemos quase que permanentemente mergulhados no que osaria chamar de crise de nossa própria identidade e de nossas inquietações cívicas.

Muitas dessas inquietações e das incertezas com que costumamos encarar o nosso próprio futuro como

Nação estão seguramente refletidas nos trabalhos que hoje recebo das mãos do presidente da comissão.

Elas não se esgotam no modelo teórico que imaginamos, para que possamos aparelhar o Estado, organizar a economia, disciplinar o governo e consolidar os direitos dos cidadãos.

Temos que nos deter no exame de nosso próprio passado e tirar de nossa história as lições que não de servir para balizar o nosso futuro.

Mas a obra do futuro não pode ser apenas essa projeção do passado. Deve ser também, e deve ser sobretudo, o resultado do esforço de aprimoramento que temos de empreender no presente. Agora. E é isto que estamos fazendo quando, a pouco menos de dois meses do pleito de novembro, recebemos esse documento tão importante.

A contribuição que para este fim esperava o governo da comissão aí está.

O aproveitamento de ricas sugestões será obra da Constituinte em sua indelegável soberania.

Se quisermos ser uma grande Nação, teremos que ser uma grande democracia. Mas só seremos uma grande democracia, no dia em que tivermos um pacto que, acima dos homens, das facções e dos partidos, faça de nossa estrutura política e convivência pacífica de todos os brasileiros, regidos por instituições livres, estáveis, respeitáveis e duradouras.

O trabalho ora concluído expressa o devotamento e o espírito público da comissão que elaborou a proposta hoje entregue ao poder Executivo. Ele reuniu algumas das maiores expressões do pensamento brasileiro.

Muito fica a dever o País à capacidade, ao zelo intelectual, à enorme erudição e aos profundos conhecimentos desse exemplo de dignidade da vida pública brasileira, que é Afonso Arinos de Melo Franco, que emprestou o brilho de sua inteligência, o amor de sua devoção ao Brasil, à cátedra universitária, ao jornalis-

mo, à política, à diplomacia, ao direito, à história, à crítica literária e à ciência política, com o mesmo entusiasmo com que, convocado pelo governo, no vigor de seus 81 anos e na lucidez de sua inteligência, não se eximiu de prestar mais este grande serviço à Nação.

Dele se pode dizer o que afirmou Rui Barbosa, no trecho da Oração aos Moços, que ele mesmo escolheu para servir de epígrafe a uma das partes do livro que é, ao mesmo tempo, demonstração de carinho filial e exemplo de historiografia política brasileira que é o estadista da República: "Tenho o consolo de haver dado a meu País tudo o que me estava ao alcance: a desambição, a pureza, a sinceridade, os excessos de atividade incansável com que, desde os tempos acadêmicos, o servi".

Afonso Arinos, mestre de tantas gerações, deu tanto quanto Rui ao Brasil.

O preito de gratidão com que o governo acaba de lhe conceder a Ordem Nacional do Mérito, um tributo a essa vida cheia de exemplos, é, ao mesmo tempo, uma homenagem de seus colegas de comissão e um reconhecimento aos que o ajudaram nessa tarefa histórica de que podemos nos orgulhar, na medida em que daqui partimos para dar à democracia brasileira a dimensão duradoura com que Tancredo Neves, seu conterrâneo, sonhou dotar a Nova República.

"Se quisermos ser uma grande nação, teremos que ser uma grande democracia"

Mestre Afonso Arinos disse que é necessária a grande mudança, afirmando:

"Ou será muito em breve ou não será. Com determinação, eu afirmo: Será".



Sérgio Borges

Sarney diz a Arinos que projeto é mais do que uma proposta

Arinos não vai ditar regras

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Não posso ditar ao presidente da República o que ele pode fazer com o anteprojeto da nova Constituição. Isso não fica bem para um mineiro..." — reagiu, de bom humor, o jurista Afonso Arinos de Melo Franco diante da notícia de que o texto preparado pela comissão que presidiu somente será enviado à Assembleia Constituinte pelo Executivo se houver um pedido formal. De acordo com o presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, a única garantia que ele pode dar ao presidente Sarney é que, sendo maioria no Congresso, o anteprojeto tem chances de ser absorvido pelos constituintes. "Não digo que seremos apoiados integralmente, mas seremos apoiados, e receberemos sugestões no sentido de melhorar o texto."

O jurista reconhece que não se trata de um projeto perfeito, "mas algo que está dentro do que podemos realizar". E discorda da versão

corrente de que sendo um projeto muito extenso — 203 páginas, 432 artigos e 36 disposições transitórias —, incorrerá em generalidades: "O tamanho não tem nada que ver com o seu significado. A Constituição não é feita para ser aplicada em todos os seus termos. Ela é feita para ser uma norma que progressivamente vai se tornando possível aplicar. Nós devemos fazer uma Constituição bastante definida, clara e ao mesmo tempo flexível para que seja operativa".

Arinos explicou também o sistema de governo proposto para substituir o presidencialismo em vigor — cuja experiência, em todos os governos, na sua opinião, tem deixado marcas de desgaste —, informalmente chamado de "dualismo": nesse sistema, "o presidente da República é eleito diretamente pelo povo, exerce funções ligadas ao Estado, e menos funções ligadas ao governo. Quanto ao presidente do Conselho de Ministros (o premier), exerce atribuições ligadas ao governo, como a administração pública".

Faculdade de Direito busca uma "plataforma popular"

O Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte realizará amanhã, às 14h30, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, uma reunião com os candidatos ao Congresso Constituinte "com o objetivo de montar uma plataforma mínima de propostas populares e democráticas". O evento será presidido pelo diretor da faculdade, Prof. Dalmo Dallari, e dará início à articulação de uma frente suprapartidária de parlamentares "comprometidos com as aspirações populares". No domingo, o plenário continuará discutindo a plataforma mínima,

tendo por base as conclusões dos encontros de diversos Estados no dia 7 último.

Em Recife, o presidente da Associação Paulista dos Magistrados, desembargador Odyr Porto, apresentou ontem no X Congresso Brasileiro de Magistrados moção subscrita por 803 juizes de São Paulo com críticas ao anteprojeto da nova Constituição. Odyr Porto solicitou o reexame sobretudo da parte relativa à Justiça, que, no seu entender, se depender do anteprojeto elaborado, jamais será "mais rápida e acessível à população".

Para Freyre, a nova Carta chega na hora da transição

RECIFE
AGÊNCIA ESTADO

O Brasil vive hoje "uma fase aguda de transição" e por isso a próxima Constituição terá de ser completamente diferente da de 40 anos atrás. A afirmação foi feita em Recife pelo escritor Gilberto Freyre, que participou da Constituinte de 1946.

Confrontando as circunstâncias de hoje com as do passado, Freyre observou que o quadro atual é "intranquilo" no Brasil e no mundo. E esta situação não pode deixar de ser considerada na elaboração da Constituição. Mesmo assim, ele frisou que não se

deve ter a expectativa de uma Carta "que seja a perfeita antecipação das circunstâncias a serem por ela atendidas".

Para o escritor pernambucano, "a ciência política — área em que principalmente se situa a elaboração de uma Constituição — não é uma ciência perfeita e lógica". Em função disso, é natural que o trabalho dos constituintes seja em parte intuitivo, apesar de todo o esforço para basear-se em fatos científicos. "Mas quem diz intuição diz também uma atitude científica e uma atitude transcendente", finalizou Gilberto Freyre.